



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ADJA DA COSTA MELO

O SERVIÇO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL
NA EDUCAÇÃO

Campina Grande – PB

2014

Adja da Costa Melo

O SERVIÇO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Célia de Castro

Campina Grande – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M528s Melo, Adja da Costa
O serviço social [manuscrito] : um olhar sobre a ética profissional na educação. / Adja da Costa Melo. - 2014.
26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Célia de Castro, Centro de Ciências Sociais Aplicadas".

1.Serviço Social. 2.Ética. 3.Educação. I. Título.

21. ed. CDD 361.32

Adja da Costa Melo

O SERVIÇO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO

Aprovada em 16 de maio de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Célia de Castro

Prof. Ms. Célia de Castro
Orientadora

Thereza Karla de S. Melo

Prof. Ms. Thereza Karla de Souza Melo
Examinadora

Marília Tomáz de Oliveira

Prof. Dra. Marília Tomáz de Oliveira
Examinadora

Campina Grande – PB

2014

Dedico a todos os vivos e ausentes que lutam ou lutaram por um mundo melhor.

SUMÁRIO

RESUMO	07
1. INTRODUÇÃO	08
2. A ÉTICA: UMA BREVE INCURSÃO EM SUA TRAJETÓRIA	09
3. ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL	11
4. O ESXERCÍCIO ÉTICO DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

O SERVIÇO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO

Adja da Costa Melo

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo conhecer a importância da reflexão ética no trabalho do assistente social na área educacional. Para tanto, foi elaborada uma pesquisa exploratória e descritiva quanto aos fins, e estudo de caso, bibliográfico e documental quanto aos meios. Os sujeitos da pesquisa foram 03 profissionais do serviço social na educação de duas escolas públicas municipais de Campina Grande PB. Foram coletados dados por meio de questionários, de análise da literatura e de documentos, e estes dados foram analisados de forma qualitativa, por meio de dedução, comparação e reflexão. Por meio da pesquisa, observou-se que, a partir da reflexão ética, há uma aproximação com as demandas sociais e o real discernimento sobre suas necessidades, embora sejam observados também indícios de prática mecanicista e falta de compressão na associação entre a teoria e a prática educacional, assim como a diferenciação entre a ética propriamente dita e o código de ética do assistente social. De acordo com a pesquisa, percebe-se que o profissional deve buscar sempre conhecer e se atualizar frente às mudanças cotidianas, já que ele está transitando em várias zonas de conhecimento frente à realidade social, pois inserir-se na área da educação com o conhecimento necessário para relacionar sua prática profissional com a teoria, poderá ser um fator determinante para uma atuação profissional que contribua na construção de uma educação comprometida com a formação de sujeitos sociais.

Palavras-Chave: Serviço Social. Ética. Educação.

ABSTRACT

This study aimed to know the importance of ethical reflection on the work of the social worker in the educational area. To that end, we developed an exploratory and descriptive research regarding the purposes, and case study, bibliographic and documentary, as to means. The subjects were 03 educational social workers of two public schools in Campina Grande PB. Data through questionnaires, analysis of literature and documents were collected, and these data were analyzed qualitatively by means of deduction, comparison and reflection. Through research, it was observed that, from the ethical reflection, there is an approach to social demands and real insight into their needs, although it was also observed evidence of mechanistic practice and lack of compression in the association between educational theory and practice, as well as differentiation between ethics itself and the ethics of social worker code. According to the survey, it is perceived that the professional must always seek to know and to update forward to daily changes, as he is moving into various areas of knowledge across the social reality, and entering into the area of education with knowledge necessary to relate their professional practice with theory may be a key to a professional performance that contribute to building a education committed to the social subjects formation.

Keywords: Social Work. Ethics. Education.

1. INTRODUÇÃO

Ética é o conhecimento e investigação comportamental do homem. Considera-se, portanto, uma reflexão que tenta obter uma determinada explicação sobre regras morais, ou seja, valores históricos e culturais. A busca pelo adequado ou inadequado, certo ou errado, bom ou mal, moral ou imoral. Quando se pensa nestes termos, não se encontra uma maneira sólida para determinada explicação, mas sim ideias.

O pensamento ético foi sendo desenvolvido no mundo ao longo dos séculos no mundo pelo ideal de política e racionalidade. Passou por várias fases estudando o comportamento do homem, em determinado período histórico, em relação à consciência moral religiosa, moral individual entre outros, e assim originando futuras questões.

A princípio, entende-se por ética a responsabilidade com o outro, o respeito aos direitos humanos e, sobretudo, os resultados das ações para outros sujeitos, grupos e para sociedade em geral. Assim, é o exercício de pensar no outro e não apenas em si. Sendo um conhecimento crítico sobre aspectos que são apontados e julgados na sociedade de forma moralista por algum tipo de juízo de valor.

A discussão ética no serviço social teve seu início por meio das disciplinas de filosofia e ética, com bases nos fundamentos tomistas, no positivismo e no pensamento conservador, revestida pela prática moral, na qual existiu a ênfase na recristianização da sociedade em face da “questão social”. Nos dias atuais a ética no serviço social busca o respeito e o entendimento das várias manifestações societárias pelo direito à liberdade, garantindo a universalidade e a importância da gestão democrática.

O serviço social mostra-se de grande importância nas escolas de ensino formal, pois desenvolve nesses espaços projetos socioeducativos, como também contribui na assessoria para projetos educacionais e no conselho de educação. A ética torna-se um fator essencial para o entendimento e a compreensão das expressões sociais existentes nas escolas.

Este artigo resulta de uma pesquisa exploratória e descritiva efetuada como um estudo de caso, somando com um estudo bibliográfico e documental. Os dados foram coletados por meio de um questionário apresentado a três profissionais da área da educação em 02 escolas públicas municipais de Campina Grande-PB, e por meio de análise da literatura referente ao tema e de documentos como o código de ética do serviço social de 1993, entre outros. E os dados foram analisados de forma qualitativa, por meio de dedução, comparação e reflexão. A motivação para tal pesquisa surgiu durante o nosso estágio supervisionado em Serviço Social realizado em uma escola pública municipal em Campina Grande – PB.

2. A ÉTICA: UMA BREVE INCURSÃO EM SUA TRAJETÓRIA

Na Grécia, lugar que originou muitas teorias, ideias, conceitos e pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles, entre outros, emergiram, em meados dos anos 500 e 300 a.c., reflexões sobre o objeto da moral que procurava “um princípio absoluto de conduta” (VALLS, 1986, p. 59). Segundo Barroco (2010), os gregos desenvolveram os patamares do núcleo ético/filosófico, razão, liberdade, autodeterminação e política, partindo da ideia física que o homem é um ser político e racional, o que o capacita para o conhecimento e para vida pública.

Contudo, sabe-se que na Grécia antiga existia a hierarquia social rude, onde somente os homens tidos como cidadãos nascidos nas pólis e livres tinham o direito de dominar seus instintos, de agir de forma racional, de questionar e determinar. Eram excluídos os escravos, as mulheres e os estrangeiros da razão, liberdade, autodeterminação e política.

A chave para esse princípio ético, segundo Valls (1986), se baseava na procura pelo conhecimento voltado para o bem, assim o sujeito seguiria um único lado “agir bem”, ou seja, os gregos não acreditavam que o homem poderia praticar o mal conhecendo o bem, e no momento que os homens praticassem o mal por ignorância, deveria existir a cura, que seria uma dose de filosofia. Já na idade média prevaleceu a tradição, autoridade e propriedade, e a ética passa a ser bruscamente subordinada ao poder espiritual da igreja católica, colocando sobre os indivíduos a ideia de dever e de culpa, e a autonomia do homem foi substituída pelo livre arbítrio através de pensadores como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

A ética medieval foi baseada em dogmas e comportamentos religiosos. As pessoas na época eram orientadas por mandamentos divinos e por autoridade religiosa. Tomás de Aquino fala da importância da moral, que para ele seria uma voz interior que nos diz o que as pessoas deveriam fazer em todas as ocasiões, ou seja, cometer o bem e evitar o mal. A ética nesse plano partiu da ideia do poder soberano da Grécia antiga junto com os conceitos de cidadania e chega aos anseios religiosos, uma mistura que tornou as camadas inferiores da população ainda mais submissas às ordens das camadas superiores. O inconveniente na época era pensar, conhecer e questionar, as pessoas ficavam a mercê do conformismo. Nessa época já existiam vários códigos de ética, como, por exemplo, os de cavaleiros, príncipes, bispos, reis e etc.

Na idade moderna, com o advento do Renascimento, houve a difusão da cultura tanto no âmbito da ciência, quanto na arte e na literatura, a emergência de uma nova classe chamada de burguesia, o fortalecimento dos Estados nacionais acontecendo e originando outros estudos acerca da moral individual, social e estatal. Segundo Barroco (2010), no período renascentista

Maquiavel estreou a teoria política moderna com a sua obra “O Príncipe” publicada em 1513, negando a concepção grega no que dizia respeito à ética e política e a concepção cristã. Afirmou que não existia uma vida feliz, mas decisões ético/políticas na forma de governo como imaginava os gregos. Para ele, a política é uma instância do poder marcado pela discórdia entre homens que são movidos por interesses, não importando os meios para alcançar o objetivo final, pois os fins justificam os meios. Rousseau e Kant divergiam em algumas ideias ou teorias, entretanto a ênfase principal do Renascimento foi a divergência de ideias que a natureza nos faz racional e livres e que podemos agir de acordo com a nossa natureza. Porém, isso não significa que não podemos consultar nossa consciência individual, ela vai nos dar frutos que nos levará a uma consciência universal, mesmo existindo a subjetividade em cada ser. Através dessas discussões, posteriormente, Nietzsche (2009) critica o pensamento de Kant na qual perpetua a consciência universal educada e limpa, tornando-se cabível a todos. Ele abre uma janela à flexiva que expõe que o homem não doa qualidades, nem às entidades divinas, nem à sociedade, nem pais e antepassados, nem ao próprio indivíduo. “Ninguém é responsável por existir, por ser constituído desta ou de outra forma, por estar nessa circunstância, neste ambiente” (NIETZSCHE, 2009, p.58).

Quando Kant (2010) expressa sobre os vários tipos de liberdade, como de falar, de escrever, como o próprio exemplifica, os homens podem ser impedidos por um poder “superior”, mas não a liberdade de pensar. Ademais a mesma liberdade de pensar é tomada no sentido contrário chamada de consciência moral (razão pura prática funcional).

“Liberdade de pensamento significa que a razão não se submete a outra lei” (KANT, 2010, p.59), assim, se o sujeito não adere a sua razão, está confinado a aderir a de outros, estando limitado à razão.

O autor é coerente quando argumenta sobre as consequências em relação a não aderir a própria razão do sujeito, ocasionando que se torne submisso e prisioneiro das vontades de outros, porém Kant afirma a ideia de que existe uma razão pura que se aplica a todos.

Esse período foi propício para o nascimento e efetivação de valores modernos, como fluidez, universalidade, heterogeneidade, pluralismo e versatilidade, termos que eram desconhecidos na idade média, que só foi possível instituí-los com seu fim. Deve-se lembrar da significância do humanismo, que teve em sua essência não só a questão do homem, tratando-o como um indivíduo autônomo em função da sua racionalidade, e sim a máxima em que a forma que o homem passa a enxergar as várias noções de perfeições contidas nas representações sacras como humanas e terrenas. A justiça começa a ser discutida e

questionada sobre as formas de julgamento com o indivíduo, ou seja, o que seria justo? Sobre quais pontos de vista? Então percebe-se a nascente filosófica da reflexão racional ético/moral.

Por seguinte, na segunda metade do século XX, existiu outra transição no comportamento da ética. O autor Valls (1986) fala sobre a intensidade da questão do discurso no pensamento de esquerda, conseqüentemente as reflexões éticas passaram a ser discutidas com um olhar voltado a uma crítica da ideologia, tornando-se uma ferramenta para a investigação, ou seja, acerca dos discursos das ações humanas a essência do que é considerado verdadeiro, real, tanto no âmbito matemático como no econômico ou até no que refere-se à dominação política, e assim desmascarar o cinismo e a hipocrisia que rondava essas relações humanas.

Nos dias atuais, generalizando, a ética encontra-se nas três esferas institucionais: família, sociedade civil e Estado. O autor pontua aspectos que dizem respeito à ética como a questão do amor, da liberdade, fidelidade, matrimônio, no desenvolvimento das novas formas de relacionamento entre as pessoas, como por exemplo, o relacionamento homoafetivo. Existe uma forte reflexão sobre a dominação das chamadas “minorias sociais”, grupos como o feminismo, a luta por libertação da mulher e toda forma de submissão, como a de grupos oprimidos. Acrescenta-se os problemas da sociedade civil, propriedade privada, desemprego, baixos salários, inclusive a fome.

O autor supracitado adverte que, “assim é verdade que as grandes reformas que nosso país necessita não são questões apenas éticas, mas também políticas, o inverso não menos verdade: Não são só políticas, são questões éticas que desafiam nosso sentido ético” (VALLS, 1986, p.73).

A ética de hoje difere daquela de Platão na Grécia antiga, pois refletir sobre o bem e o mal não é preocupação tão relevante. O que se busca na atualidade é o compromisso com a reflexão ética para poder chegar à solução de algum problema em meio a pluralidades, diversidades e questões divergentes. Porém, isso não significa que ele quando discutia com Sócrates as primeiras ideias de moral e ética, estivessem errados ou equivocados, devemos reconhecer que foi um avanço, e com os conhecimentos disseminados, chegamos aos dias atuais.

3. ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL

Segundo Barroco (2008), a ética no serviço social teve início nas escolas de serviço social através das disciplinas de filosofia e ética. Era baseada no advento da filosofia tomista,

no positivismo e no pensamento conservador. Esta corrente de pensamento de fundamentos teológicos teve como princípio a existência de Deus, conseqüentemente, uma apologia hierárquica aos valores morais, bem como às “leis naturais”, ou seja, às leis divinas que buscavam o bem comum dentro de uma harmonia, da “felicidade geral”, termos estes que deveriam atingir o conjunto social.

Essa filosofia compreendia a autorrealização da pessoa humana, através de valores universais e preservava a perfeição. Entretanto, a autora atenta para a perda da abstração do neotomismo (doutrina filosófica moderna derivada da filosofia de Santo Tomás de Aquino) quando aponta o que é agir bem, intrínseco a valores e princípios dados pela fé, ou seja, a consciência moral que é introduzida na igreja católica adquiriu um caminho político/ideológico. Deu-se, então, a partir desse contexto, o desdobramento de vários aspectos que constituiu a ética do serviço social, entre eles a prática moral e a moralidade, sustentação filosófica na qual houve no seio do serviço social a doutrina social, a ênfase na recristianização da sociedade em fase à “questão social”¹, a autora expõe que o serviço social tradicional foi decorrente de “uma profissão mediada por valores humanistas, com forte apelo ético moral [...] não decorre de um debate ético crítico permanente, nem tampouco uma reprodução teórica sistemática.” (BARROCO, 2008, p. 95). Portanto, nesse período o serviço social colaborou, de certa forma, para omitir os fatores que permeavam a questão social revestida da alienação moral que conscientemente reproduzia o preconceito, discriminação e exclusão, pois, aquele que não seguisse os bons costumes seria injusto e ilegal viver dentro dos padrões cristãos. Esta corrente do neotomismo cobriu a ética tradicional do serviço social até meados do ano 1948.

Adiante, na década de 1960, existiram mudanças nas formas diferentes de enxergar a realidade que se otimizaram para que pudesse haver uma dinâmica na ética no serviço social. Todavia, foi um momento histórico propício para uma nova fase. Segundo a autora, essa nova fase remeteu na época “revolucionária” que se estendeu nas bases sociais, por exemplo, na emancipação da mulher, sua inserção no trabalho, na educação superior, e da vida pública, na defesa dos direitos sociais e políticos. Esses fatores contribuíram numa intervenção ético/moral e ocasionalmente fez com que criassem novas alternativas cívicas valorizadoras

¹ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009, p.77)

da participação e da liberdade. E em 1968 existiu o fortalecimento para uma atitude ética crítica a partir da desobediência civil e quebra das normas. Estes fatos contribuíram para o enfrentamento de conflitos, e para instituição de novos papéis e referências éticas, por exemplo, os acontecimentos, como revoltas, mobilizações democráticas populares, participação estudantil, o processo de laicização, atividades culturais, artísticas, entre outras. Aconteceram tanto no contexto mundial, como no Brasil, pois o país bebe da fonte internacional, o que possibilitou a construção de uma nova moralidade de uma ética crítica do enfrentamento da realidade. Porém, com o advento da ditadura militar, o conservadorismo se fortaleceu, já que pregava a defesa dos valores com autoridade e ordem vinculada com a família e a igreja. O serviço social brasileiro, com o auxílio de uma de suas entidades representativas, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS (atual ABEPSS), publicou um documento: o “Código Moral do Serviço Social”, refletindo o conservadorismo medieval, em oposição das conquistas e correntes da sociedade moderna. Em 1975 é aprovado o terceiro código de ética profissional brasileiro, que remonta a participação profissional nos órgãos públicos, sendo uma participação forjada, subordinada aos princípios que se diziam democráticos e almejavam a ordem social justa. Afirma-se que “os códigos brasileiros de 1965 e de 1975 reproduzem a base filosófica humanista cristã, e a perspectiva despolitizante e a crítica em face das relações sociais que dão suporte à prática profissional” (BARROCO, 2008, p. 126).

De acordo com a referida autora, o código de ética profissional de 1965 foi diferente dos de 1945 e de 1975, porque tentou, em alguns aspectos, relacionar a ética profissional às demandas do mundo moderno. Contudo, esse código de ética tinha uma perspectiva liberal e neotomista, partindo do pressuposto de que o respeito e a dignidade humana contribuem para o bem comum, como também zela pela família do grupo essencial da humanidade, segundo o Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS (1965).

A tendência modernizadora está mostrada no código de 1965, nos documentos de Araxá e Teresópolis. Segundo Netto (2010), a perspectiva perde sua hegemonia no plano ideal na década de 1970, quando surgem duas tendências opostas, que são a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura com os padrões tradicionais. Segundo Barroco (2008), o processo de ruptura com a ética tradicional deu-se com uma parcela minoritária de profissionais que escolheram pela participação política e cívica, procurando sua consciência social e renegando a ideologia da ordem burguesa, aproximando-se inclusive do marxismo. Esse foi o começo de experiências com práticas voltadas para comprometimento com as classes populares. A autora disserta sobre a divisão das influências dessa etapa, frente a

construção de um projeto profissional de ruptura. A primeira etapa dessa significância foi fundamental, pois definiu a roupagem de uma nova moralidade da categoria profissional, construída através da “participação política, do trabalho com os movimentos populares e na influência com as vertentes críticas do movimento da reconceitualização latino/americana, na aproximação com o marxismo, com os movimentos revolucionários, na militância católica progressista.” (BARROCO, 2008, p. 143).

O segundo momento buscou definir a conduta ética, o compromisso com o povo, sendo o elemento educativo um item para a efetivação desse compromisso com a classe trabalhadora, ou seja, a libertação do oprimido, influenciada pela metodologia freireana. "Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e as suas circunstâncias" (FREIRE, 1979, p.15).

Além do mais, Barroco (2008) evidencia as relações entre ética, educação e política. O profissional monta uma identidade muito próxima a do militante político, e adverte que se os valores de uma ideologia são tomados de forma mecânica, quando não existe reflexão da prática, acontecerá equívocos. A autora refere-se, portanto, ao contexto revolucionário que trazia uma bagagem socialista, desse modo, utilizando as teorias marxistas, stalinistas, entre outras e em alguns momentos, as tornando doutrinárias, e ressalta a importância de uma aproximação direta com as correntes filosóficas.

Porém, a concepção de uma leitura ético/política e ideológica durante esses tempos, permanecia inalterada e não questionada pela grande maioria da sociedade civil. Na década de 1980, as várias formas de incorporação do marxismo como: marxismo cristão, marxismo althusseriano, marxismo materialista e marxismo histórico, e as várias práticas como: o voluntarismo, o messianismo, o militarismo e o revolucionarismo, trouxeram para o serviço social, compreensões teórico/metodológicas variadas. Neste período, o Brasil estava passando por um processo de redemocratização. Isso significa que a profissão já havia adquirido experiências e amadurecimento intelectual o bastante para a sua restituição nesse novo período.

Em 1982 aconteceu a elaboração de um novo código de ética, juntamente com a reformulação curricular que deu ênfase ao compromisso ético/político com as classes subalternas, no sentido social da formação da prática profissional. Nos documentos da ABESS de 1982 e no código de ética de 1986, mesmo que não tenham obtido uma literatura ética, já não apareciam termos como o mecanicismo, o moralismo e o voluntarismo ético/moral, portanto, significou indícios de um amadurecimento ético/político.

Ao colocar-se nas funções do intelectual orgânico, o assistente social encontra sua identidade profissional na função de educador e organização da população, a serviço das classes subalternas no processo de construção de uma nova hegemonia, amplia-se uma nova base das contradições sociais, o que é tratado em função da coexistência entre hegemonia e contra hegemonia, entre ideologia dominante e contra ideologia (BARROCO, 2008, p. 171).

Em 1993 aconteceu a aprovação do novo código de ética do serviço social, fato que afirmou o avanço teórico que a categoria profissional já vinha recebendo ao longo dos anos. Neste contexto, a sociedade civil reivindicava a ética na política e na vida pública. Essa época foi marcada pela consequência de uma lógica excludente, devido às artimanhas do sistema capitalista que convergia com a globalização neoliberal. Foram privatizados os serviços públicos e empresas estatais, traços como desemprego constantes e subemprego, empobrecimento das camadas médias. Inclusive houve repressão aos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora. Desta forma, com as privatizações dos setores e a desresponsabilização do Estado com as políticas públicas, vão surgindo como formas de conter o aumento da questão social as chamadas práticas filantrópicas do terceiro setor. Essas últimas sugerem uma lógica da solidariedade.

O código de ética aborda a competência ética, política e profissional, que depende de um plano político como a capacidade de concretizar os valores por meio da ética, política e prática, portanto, na prestação dos serviços sociais.

O código nasce com uma nova roupagem ideológica, no ambiente do pluralismo, recusando todas as formas de preconceito e discriminação, almeja o respeito à diversidade, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade, inserções da classe social e condição física. Estes requisitos estão prescritos no documento do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (1993). É importante ter consciência que o código de ética:

Ao mesmo tempo, enfrenta o dogmatismo ao defender a tolerância, concebida ao respeito e à diversidade [...] coerência com o princípio democrático que rege a ética profissional. O código seria incoerente se afirmasse a não discriminação e negasse o pluralismo; contudo também seria contraditório se defendesse a liberdade e apoiasse todas as perspectivas éticas políticas existentes (BARROCO, 2008, p. 206).

O código de ética do serviço social, busca nos dias atuais o respeito através das várias manifestações societárias, preza o direito e a liberdade das amplas categorias sociais. Então, o profissional junto com as forças sociais, democráticas e populares adquire bases

concretas através do discurso arraigado no código de conduta para uma reflexão crítica sobre as problemáticas referentes às manifestações e expressões societárias.

4. O EXERCÍCIO ÉTICO DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR.

O Serviço Social na educação emergiu em um contexto social marcado pelo fim da era ditatorial brasileira e recebeu uma grande influência democrática das lutas traçadas pela sociedade civil pela busca aos direitos civis.

O país encontrava-se em pleno contraste entre ricos e pobres. O desemprego e a fome se perpetuaram, além das violações dos direitos humanos. Segundo Mello (2009), é na década de 1990, em pleno fervor social, que o Serviço Social se inseriu na área da educação e deste modo, o projeto ético político do profissional do Serviço Social, segundo a autora, estimulou e deu suporte para esta inserção.

Entende-se o espaço escolar como um local no qual busca-se desenvolver o exercício social, tanto no sentido educacional para aproximação da cidadania, quanto em relação à saúde para uma proteção física. Dessa forma, as ações desenvolvidas devem estar pautadas na ampliação do acesso às informações sobre bem estar e fortalecimento de vínculos que possam conscientizar de maneira educativa. Sendo assim, a escola é um espaço no qual se pode desenvolver trabalhos educativos para o exercício humano.

Dessa forma, a educação se constitui como verdadeiro quefazer(sic)humano. Educadores-educandos e educandos-educadores. Mediatizados pelo mundo exercem sobre ele uma reflexão cada vez mais crítica, inseparável de uma ação cada vez mais crítica (FREIRE, 1997, p.17).

O Serviço Social, ao ser direcionado para proporcionar o acesso aos direitos sociais através dos projetos sociais e a informação nas diversas e amplas políticas sociais e públicas, mostra-se de grande importância nas escolas de ensino formal, pois é nesse espaço que o profissional está presente e desenvolve projetos socioeducativos, na elaboração de diretrizes para educação, na assessoria para projetos educacionais e no conselho de educação. Segundo Piana (2009), a escola é de suma importância, porque exige a atuação do assistente social e viabiliza a importância da gestão democrática, a aproximação e participação da comunidade em torno do seu processo de organização e de funcionamento. Segundo a autora:

O assistente social hoje busca fundamentar sua formação profissional a partir das novas Diretrizes Curriculares, podendo contemplar especificidades regionais e demandas geradas pelas necessidades, por meio de interlocuções

com outras áreas do saber (pluralismo), a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão e adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade (PIANA, 2009, p.142).

Contudo, sabe-se que a sociedade é dinâmica, mutável, e cada vez mais os sujeitos societários vão adquirindo novos parâmetros e formas de se viver. São diversas ideologias e conceitos e, sendo assim, é preciso que os profissionais busquem sempre se atualizar e procurar o conhecimento, para assim poder praticar a reflexão ética crítica.

Nessa perspectiva, a reflexão ética ganha destaque mesmo estando em linhas subliminares, por ser um fator essencial para o entendimento e a compreensão das expressões sociais existentes nas escolas, tornando-se um suporte para buscar alternativas e melhoria de condições no enfrentamento das amplas problemáticas na educação pública.

[...] Até que ponto a educação prepara para uma sobrevivência digna onde o estado não oferece uma educação de base qualificada e que muitas escolas são sucateadas, a merenda não tem qualidade ou é insuficiente para todos os alunos, saindo do ambiente escolar educandos desqualificados com o nível intelectual baixo, sem preparo para lutar por sua sobrevivência e dignidade (MELLO, 2009, p.31).

Dessa forma, faz-se necessária a compreensão da realidade, sendo a ética um elemento primordial. Com o objetivo de buscar informações sobre como profissionais do Serviço Social trabalham na educação entendem a ética em sua prática, entrevistamos 03 de duas escolas públicas municipais da cidade de Campina Grande-PB, relacionando as informações contidas no código de ética de 1993 com as situações vividas em suas atividades diárias. As respostas serão discutidas a seguir.

Para alguns profissionais do Serviço Social a ética representa “[...] um alerta para que o profissional no exercício de suas atividades seja obrigado a guardar ‘segredo’ sobre todas as confidências recebidas ou mesmo observadas” (Entrevistada 1). A representação da ética nesse sentido é marcada pela ausência de uma reflexão crítica e pela prática mecanicista que se mostra equivocada.

A concepção da ética para outros profissionais atuantes na educação é representada por um sentido que equilibra a prática profissional diante das dificuldades que o profissional encontra no percurso da profissão.

A ética representa o norte que equilibra a minha prática profissional no cotidiano das dificuldades que enfrento na profissão. É através dela que

vislumbro soluções, respostas, propostas... para as problemáticas que preciso “enfrentar” como assistente social (Entrevistada 2).

Segundo Barroco (2008), a representatividade da ética possibilita a crítica à moral dominante, esclarecendo expressões sócio-históricas, concordado com a desmistificação do preconceito, do individualismo e do egoísmo, propiciando a valorização e o exercício da liberdade ao fazer a indagação sobre a validade das normas e deveres em sua relação com a liberdade, fundamento ético essencial.

A ética representa algo que impulsiona o nosso agir com nós mesmos e com as demais pessoas, na sociedade. Como um "motivador", a ética faz parte de todos os aspectos da nossa vida (profissional, afetivo, intelectual, etc.). Por se remeter ao agir em sociedade, e também por o ser individual/social também ser um sujeito político, a ética se relaciona com a política, com o agir em sociedade. Nesse sentido, a ética nos desafia a todo momento buscar o bem, não somente pessoal mas social, assim o sentimento ético nos remete ao coletivo, ao reconhecimento e identificação com o outro (Entrevistada 2).

Pode-se entender em linhas gerais que a ética profissional abre possibilidades para o atendimento das amplas demandas sociais, a partir de uma reflexão teórico/crítica.

O código de ética do Serviço Social de 1993 porta-se como instrumento normativo – jurídico que, conforme o CFESS (2011) possibilita a realização dos sujeitos sociais e a absorção de novos valores, e a ética nesse contexto é um suporte para esse direcionamento ontológico do ser social. O código permite compreender relações sócio/históricas dos sujeitos, como também o conhecimento das condições de vida e trabalho da classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, condições físicas entre outros.

Desse modo, quando se questiona sobre a elaboração do código de ética e sua contribuição para o avanço profissional, as respostas são positivas em relação ao posicionamento crítico nas problemáticas societárias, como também o benefício à categoria profissional, segundo a entrevistada 2, “elaboração de um Código de Ética para qualquer profissão demonstra que esta, em um certo sentido, avançou socialmente, pois o Código é um indicador de que aquela profissão reconhece que deve cumprir alguns compromissos éticos para com a sociedade, podendo esses princípios serem mais ou menos emancipatórios.” Entretendo, em algumas respostas verifica-se a importância de uma análise crítica ao colocar as informações descritas no código de ética em prática na hora da atuação. “Sim. Foi um avanço para a nossa profissão e também para os que por ela são beneficiados. Mas, faz-se necessário estudá-lo e configurá-lo a cada caso em que atuamos. Entendê-lo para pô-lo em prática é mais importante do que decorá-lo” (Entrevistada 3).

Porém, ressalta-se que a profissão desde a sua gênese, experimentou várias fases, desde a conservadora cristã até a concepção socialmente política de natureza humanitária.

Com relação ao Código de Ética do Serviço Social, é interessante ressaltar o percurso da profissão, o caminho pelo qual esta passou, saindo de uma visão profissional conservadora e neutra para uma concepção socialmente e politicamente comprometida com a luta mais ampla da sociedade, por uma transformação social, como já demonstra em seus Princípios Fundamentais. Nesse caso, não acho que a elaboração do atual Código de Ética do SS por si só contribuiu para o avanço, mas o contrário, o avanço da profissão, a ruptura desta com o conservadorismo e compromisso com a transformação está expresso no Código de Ética (Entrevistada 2).

Segundo Iamamoto (2010), a prática profissional é parte da expressão histórica da sociedade, sendo assim, o profissional desde o seu surgimento até os dias atuais, foi buscando sentido para seu caminho através das grandes mudanças teórico/metodológicas.

Entre os princípios que fundamentam o Código de Ética profissional na atualidade, se destacam:

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS 1993).

Esses pontos presentes no código de ética estimulam a categoria profissional a uma ética reflexiva crítica, como por exemplo: até que ponto pode-se ir à defesa do aprofundamento da democracia? Ou melhor, existem limites para a defesa da democracia? Mais além, existe democracia?

Entretanto, para tal atividade é preciso saber a distinção da ética e do código de ética, deste modo retoma-se a questão anterior, quando se faz necessário a prática do aprendizado ético desde o início dos estudos até ao longo da carreira profissional. A ética está agregada ao estudo motivado pelos valores morais que norteiam a conduta humana em sociedade, e o código de ética é um instrumento que busca a realização de determinados princípios ideológicos, ou seja, normas, condutas, recomendações a serem seguidas. Uma das problemáticas existentes no cotidiano da prática profissional é certa dificuldade em distinguir esses dois termos, uma vez que perguntamos como o profissional vivencia a ética em sua prática cotidiana, e obtivemos a seguinte resposta: “Procuro ser sigilosa em tudo que observo,

escuto, oriento e encaminho atuando individualmente ou em equipes, pois a intimidade das vidas particulares, dos lares ou de instituições não podem ser revelados” (Entrevistada 1).

Porém, para outros profissionais, a ética é utilizada como uma bagagem para a coexistência tanto no trabalho como na vida fora dele.

Não me considero uma profissional acadêmica, amarrada aos conhecimentos adquiridos na universidade, aprendi muito com as comunidades nas quais trabalhei. Portanto, fora dos muros da academia encontrei livros vivos que completam constantemente o meu saber; e foi com eles que fui descobrindo o valor e “desvalor” (se é que existe esta palavra, se não existe eu criei) da ética no cotidiano profissional, como também das pessoas com as quais convivo. Tento fazer uso da ética em tudo que faço, confesso que nem sempre é possível. Para realizar escolhas, trabalho, realizar palestras, discutir e porque não brigar (quando necessário), buscar os interesses dos usuários... Na verdade a ética não vem apenas de um código de ética, no qual pessoas escolheram itens para montá-lo. A ética é ensinada e aprendida ao longo da vida. Atrelo esta ética apreendida por mim através de meus pais, amigos, professores... ao código de ética da profissão e faço um mix que até agora vem dando bons resultados (Entrevistada 3).

Diante do exposto, nota-se a importância da articulação teoria e prática, buscar novas fontes de conhecimentos, contextualizá-las com as vivências sociais. Conforme Iamamoto (2010), quando se trata de ensino teórico/metodológicos existe avanços, mas não é suficiente, o estágio é um dos espaços que pode fazer essa relação entre a teoria e a prática, porém encontra-se defasado, e com fatores como carência de instrumentalidade técnico/operativa nos cursos e dilemas na supervisão de estágio, contudo, a autora argumenta que deve-se ter o estágio como base em torno dos três patamares acadêmicos, ensino, pesquisa e extensão, ampliando o debate sobre os rumos da ciência na atualidade, portanto, a ética se encontra nesse espaço.

No entanto, quando se procura saber se existe alguma dificuldade em conciliar os princípios do código de ética do serviço social com a prática profissional, alguns profissionais respondem que não existe problema algum, mas para outros existe um enorme problema, já que existe a dificuldade na ligação entre teoria e prática enfatizada anteriormente, como também a carência em interpretar a sociedade em suas múltiplas facetas.

Saímos da faculdade dopados por ensinamentos que nos permitem IMAGINAR que somos capazes de transformar tudo o que está errado em certo. Ledo engano... Quando saímos fora dos portões da universidade nos deparamos com a realidade nua e crua e, na maioria das vezes, não sabemos o que fazer com todo o conhecimento adquirido diante de tal realidade. Imagine conciliar o que está escrito no código de ética com o que nos ensinaram na faculdade somado aos problemas que precisam de solução! É

uma confusão brutal de conhecimentos e sentimentos que fervem dentro do profissional e que só com o passar do tempo e a experiência adquirida conseguiremos, ao longo de toda vida profissional, irmos gradativamente encontrando pontos de encaixe e equilíbrio (Entrevistada 3).

Outro problema apontado pelo profissional é a dificuldade em consolidar o Projeto Ético-Profissional do Serviço Social e unificá-lo ao agir profissional junto ao código de ética, conforme pode-se observar na argumentação logo abaixo:

O grande dilema do Projeto Ético-Profissional do SS é encontrar espaços de mediação para sua materialização, não que a "teoria seja diferente da prática", pois pra mim o Código não é uma "teoria", mas princípios que precisam ser diariamente defendidos.

[...] a principal dificuldade que encontrava era porque o Código Ética, para além um colocar "regras" para com o agir profissional, tem uma forte associação com um projeto de transformação societário, assim muitas vezes sentia dificuldade em identificar no agir profissional espaço que pudessem apontar para esse horizonte (Entrevistada 2).

Reis (2004) define o projeto ético político como sendo uma projeção coletiva que envolve sujeitos tanto individuais, como coletivos, ou seja, uma ideia que remete à sistematização em torno de uma valorização da ética que está intrinsecamente ligada a determinados projetos societários (termo majoritário referente à política) que está presente na sociedade e se relacionam com os diversos projetos coletivos em disputa na mesma sociedade, que retoma a particularidade de uma categoria profissional, aqui no caso, os assistentes sociais.

Um espaço que me ajudou muito foram os momentos de organização política das/dos trabalhadoras da assistência social, como trabalhávamos sob precárias condições, nossos salários eram muito baixos e muitos dos nossos direitos não eram reconhecidos, nós procurávamos nos organizar politicamente, fazíamos greves, reuniões, denúncias, disputávamos nos espaços de deliberações com nas Conferências de Assistência Social, etc. A partir dessas ações, que muitas vezes nos "desgastavam" fisicamente e emocionalmente nos ajudavam a pensar que nossa luta não era somente por nós mesmo/mesma, mas pela população, pela Política de Assistência Social (Entrevistada 3).

O agir do assistente social, pautado na discussão ética, não tem uma fórmula exclusiva, ou um manual de regras no qual está escrito o que fazer e como atuar em determinadas situações. É claro, existe um código de ética, porém, este sempre adepto a mudanças, não significa ser algo para ser feito automaticamente ou mecanicamente como foi discutido anteriormente. Parte-se então, para uma curiosidade particular quando se questiona como o profissional age em determinados conflito de ideias. Para alguns profissionais o

interessante é manter a calma e não envolver sentimentos e emoções “o que de fato vai prevalecer é a verdade, a dignidade e o respeito aos direitos humanos. Saber ouvir e entender o outro é dádiva de Deus.” (Entrevistada 1). Diante desse fato, observam-se algumas contradições e princípios notavelmente morais, assim, surge uma confusão em fazer o exercício ético durante a atuação profissional, e deste modo a ética torna-se deficiente no discurso. Em outro caso observa-se a questão do agir do assistente social, voltado para um discurso de “faça aos outros o que você gostaria que eles fizessem a você” e sendo moldado moralmente de forma sutil que muitas vezes passa despercebido.

Só vejo uma saída, que até agora deu certo e que a academia jamais nos ensinará: Faço a pergunta: E se fosse comigo, como eu gostaria que o problema fosse resolvido? Como eu gostaria de ser atendida nesta situação? Parece sem lógica, anti-acadêmico... mas a vida é assim, o cotidiano nos surpreende sempre e nem sempre as soluções produzidas em série são realmente soluções. Logo entra em jogo aquela ética que falei acima: a que se aprende com suas referências pessoais (família, amigos, professores...) (Entrevistada 3).

Por outro lado, outros profissionais do Serviço Social fazem questão de tornar a ética essencial e presente, e refletir sempre a prática que está desenvolvendo como se pode observar na citação:

Com relação aos muitos momentos em que não conseguimos visualizar nossos projetos coletivos no cotidiano profissional e/ou pessoal, procuro sempre pensar que a luta não é "minha", mas da sociedade e movimentos sociais como um todo, assim sempre penso em fazer o melhor que posso, reproduzir bons princípios, ou seja, princípios pautados na ética, para que assim as/os próximas(os) sujeitas que virão vejam que existem outras formas de fazer e de agir político (Entrevistada 3).

Ortega (2002) diz que o conflito brota em toda situação social em que se dividem espaços, atividades, normas e sistemas de poder, e a escola consequentemente e obrigatoriamente é um desses espaços. Um conflito não se resume na violência, mas quando na maioria das vezes não é abordado de forma adequada, pode chegar a afetar a forma pacífica de se chegar a harmonia, e gerar várias formas de violência através de uma problemática na qual é difícil reconhecer a origem e a natureza do problema. Partindo desse ponto, faz-se uma ponte entre a ética e a pluralidade, e essa ligação torna-se, sobretudo, um debate teórico/metodológico, crítico, reflexivo, e além de tudo, um debate ético-político, e que no meio da cultura profissional pode ser exposto dentro de uma pluralidade, deste modo, sem perder a perspectiva crítica obtida pela profissão ao longo do tempo.

Para alguns profissionais, a pluralidade, ou seja, as diferenças do cotidiano, é vista como “[...] o próximo como matéria prima de Deus, lembrando que quando se coloca a igualdade e a justiça acima de tudo todos os preconceitos são eliminados.” (Entrevistada 1). Observa-se que a pluralidade é revestida de um discurso, mais uma vez voltado para a moral e na qual existe a ausência da ética reflexiva, porém, é comum essa prática em associar a ética à moral, fazendo com que tenham o mesmo significado, não gramaticalmente e sim através da atuação profissional, ou seja, automaticamente, contudo, o assistente social deve buscar procurar: “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.” (CFESS 1993).

Porém, a pluralidade é vista para outros como uma característica frequentemente do cotidiano. “Para mim a pluralidade é uma característica constante do cotidiano, pois cada indivíduo tem a sua individualidade e personalidade, especialmente em uma sociedade pautada na competição, na divisão de classes, no lema que um indivíduo é barreira para o outro” (Entrevistada 3).

Todavia, deve-se atentar para a importância em desmistificar a ideia de “verdade absoluta”, quando supostamente é adotada em determinados debates políticos, religiosos, e de segmentos sociais, que ao defender certa categoria, por exemplo, não é porque se luta por uma ideologia ou um pensamento que deve-se desprezar o outro sujeito chegando a criar um estereótipo, levando para o lado pessoal a discussão. Verifica-se:

Não vou dizer que enxergo como a maioria das pessoas diz enxergar: com naturalidade e todo o entusiasmo do mundo, tenho minhas ressalvas. Muita pluralidade resulta em descontrole de ações, ideias, pensamentos desconexos... Corremos o risco de “pluralizar” (também não deve existir, mas se não existe eu crio) demais e perdermos a identidade de um povo. Não sou adepta ao “tudo pode”, se tudo pode não existe sociedade e sim um imenso deserto cheio de pessoas (paradoxal, não?) que não mais se entendem, não convivem... porque cada um é livre para fazer o que quer, na hora que quer, expor suas ideias boas ou ruins, desenvolver ações benéficas ou maléficas ao seu bel prazer... A pluralidade deve ser vista e vivida de forma organizada, respeitando-se os limites e a liberdade de todos e não de grupos. A nossa sociedade, no geral, ainda não entendeu o que é pluralidade, está confusa pensando que viver sem rédeas é o grande grito de liberdade. Mas, na verdade tem sido a grande prisão da sociedade, porque permitiu-se (Entrevistado 2).

Deve-se considerar a partir do exposto, que existe uma problemática em conectar os fatores que envolvem uma:

[...] opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe ,etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CFESS 1993).

Pode-se explicar essa falta de conexão através de Kant por meio da consciência moral que governamos a vida prática, conforme determinados princípios estabelecidos pela razão prática que orienta a ação humana (a vida prática e moral), e não a razão especulativa (voltada para o conhecimento científico), portanto uma razão pura prática e funcional:

É o que acontece quando, sem qualquer poder exterior em matéria de religião, há cidadãos que se arrogam o papel de tutores dos outros, e, em vez de argumentos, sabem banir qualquer exame da razão mediante uma impressão inicial sobre espíritos, por meio de fórmulas de fé impostas, acompanhadas do angustioso termo do perigo de uma pesquisa pessoal (KANT apud LEÃO, 2010, p 59).

A partir do momento em que não existe questionamento e não há reflexão, o sujeito passa a aderir à vontade de outros, se tornando um ser limitado, em outras palavras um ser preso e conseqüentemente uma ausência de pluralidade e a ética se faz importante exatamente nesses aspectos cruciais travados em nosso cotidiano, pois, quando existe certo compartilhamento desse pensamento, ou seja, a comunicação, esse poder é extraído, pode-se dizer que o poder de pensar é considerado o único e o que o sujeito tem de mais valioso.

Com bases nas respostas, pode-se perceber que alguns profissionais de Serviço Social, sentem dificuldades em fazer o exercício ético durante a sua prática, por não saberem distinguir o significado de ética e o código de ética, causando uma prática mecanicista. Além do mais, muitos atrelam a ética à valores morais e marcam uma ausência na reflexão da ética. Entretanto, algumas vezes a ética é representada, para alguns profissionais da área, como a possibilidade da crítica à moral dominante que esclarece a estrutura histórica social e a elaboração do código de ética. Deste modo, chama atenção para a reflexão da construção do projeto ético político e pergunta-se: que demanda o Serviço Social atende? Portanto, as necessidades de pensar e demarcar a continuidade de ruptura com os métodos conservadores vão passar por longe, e , quando não existe uma importância em conectar, pensar a ética e o código de ética, sabendo diferenciá-los, não haverá resposta, não haverá o suposto entendimento e tudo isso se reflete na atuação do profissional no que diz respeito aqui, na área

da educação, ou seja, como entender o estado e suas ofertas em relação ao modelo educacional atual.

Segundo Almeida (2000), é preciso que o profissional compreenda a real necessidade e dimensão do campo educacional e que não se trata do mero ponto de vista, trata-se, sobretudo de compreender a educação como um dos espaços para uma atuação que corresponda aos interesses dos sujeitos sociais e contribua para ampliar e integrar as lutas sociais para a conquista de direitos e enfrentar as desigualdades.

Portanto, a educação é um conjunto de espaços formais que fornecem as condições necessárias para que as pessoas se coloquem em posição político/econômica, cultural e social e a ética está permanentemente vinculada a esse patamar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou conhecer como alguns profissionais de Serviço Social da área da educacional, atuantes nas escolas públicas, compreendem a ética e como conseguem associá-la à prática profissional. Foi observada uma ética profissional limitada pela ausência de uma reflexão crítica e por uma prática mecanicista. Por outro lado a ética é vista de maneira a ser um caminho que norteia o assistente social e desse modo, é uma forma de desse aproximar o coletivo das reais necessidades. Outra problemática encontrada foi a dificuldade de colocar em prática o código de ética do serviço social. Ressalta-se a importância de participar de debates políticos, conviver com outras realidades, e a escola é um espaço que emana situações semelhantes a esses conflitos sociais.

Os assistentes sociais inseridos no âmbito escolar devem procurar sempre questionarem-se, conhecer, pesquisar sobre determinados temas e assuntos, já que contribuem na formação de sujeitos para a sociedade. É claro que este esforço não cabe somente ao profissional de serviço social e sim de toda a equipe que trabalha em conjunto.

Do ponto de vista individual deixa-se claro que a ética não é vivenciada se não houver consciência crítica no outro, é impossível ser compreendido tal pensamento, e o valor ético não é compartilhado. Cabe aos profissionais se capacitarem para uma atitude racional, para assim, objetivarem uma atitude crítica atendendo as exigências além do que está aparente.

O espaço escolar é o local que prepara indivíduos para o futuro deste modo, pede uma prática que desenvolva uma reflexão. Observa-se ênfase do profissional na busca por sempre se atualizar e conhecer, já que o mundo vive em mudanças, e o que foi implantado

antes pode ser que não se aplique nos dias atuais. Porém isso não significa que não tenha algum significado e deve ser descartado, em alguns momentos até é coerente que se pratique esse ato. Muitos argumentam que o Serviço Social não tem uma “receita” de como atuar. Na ação do assistente social, sabe-se que ele está atuando em diversos âmbitos, onde muitas vezes uma ideologia se contrapõe a outra, pois são indivíduos que possuem subjetividades, desejos, paixões latentes inseridos em sua condição humana na qual prevalece o estudo que diz respeito ao homem, entretanto não pode-se exigir uma objetividade na resolução das problemáticas, o que exige-se é a compreensão no que refere-se ao respeito à diversidade entre outros seguimentos, ou seja, o respeito aos direitos humanos.

Um fator fundamental para o engrandecimento do ser humano enquanto parte integrante de uma sociedade é a sua capacidade de entender o mundo que o cerca e a liberdade de questioná-lo e modificá-lo, lutando por sua sobrevivência e seus direitos. A educação poderá possibilitar a construção de uma sociedade mais justa por meio do conhecimento dos próprios direitos e deveres. Com isso o assistente social tem a possibilidade de inserir-se no processo educacional, possibilitando que as pessoas possam atingir o seu potencial, melhorando os programas e projetos a elas direcionadas, pois como diz o próprio Marx, “tudo que é sólido se desmancha no ar”.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O serviço social na educação. In. **Revista Inscrita**, n. 6, Brasília, 2000.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 7. ed. São Paulo: Cortês, 2008.

_____. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortês, 2010.

CARVALHO, Raul de. IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no brasil**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2009

CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais) **Código de ética profissional do assistente social**, 1965 Disponível em: <http://www.cfess.org.br> Acesso: 23 de janeiro de 2014.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) **Código de ética profissional do assistente social**, 1993 Disponível em: <http://www.cfess.org.br> Acesso: 09 de dezembro de 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Papel da educação na humanização. In: **FAEEBA**, n. 7. Salvador. jan./junho, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010

_____. O que significa orientar o pensamento. In: **Textos seletos/ introdução de Emanuel Carneiro Leão**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 107 p.

MELLO, Carla Aragão de. **Cidadania e a escola: uma nova abordagem do serviço social na educação**. Campina Grande, 2009. Trabalho Acadêmico Orientado.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós/64**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, **Crepúsculo dos ídolos, ou como filosofar com o martelo**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2009. 144 p.

ORTEGA, Rosário et al. **Estratégias educativas para prevenção das violências**; tradução de Joaquim Ozório. 1. ed. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2009.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço social In: **Coletânea de Leis**. 1. ed. 6ª Região-MG: Cress, 2004.

VALLS, Álvaro L.M. **O que é Ética** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 79 p.